



ACÓRDÃO Nº1192/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11669/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Humaitá.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Humberto Neves Garcia (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Daniel Zawask do Nascimento Barbosa - 11180 e Luan Oliveira da Silva - OAB/AM 10910.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4956/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Humaitá. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Alcance. null. null. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Humberto Neves Garcia**, na qualidade de gestor da Câmara Municipal de Humaitá, no curso do exercício 2018, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das irregularidades supracitadas.

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Humberto Neves Garcia** no valor de **R\$ 13.700,00** (treze mil e setecentos reais), nos termos do art. 308, inciso VI, da Res. 04/02- TCE/AM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do



ACÓRDÃO Nº1192/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Humberto Neves Garcia no valor de **R\$ 7.000,00** (sete mil reais), nos termos do art. 308, inciso V, da Res. 04/02- TCE/AM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Humberto Neves Garcia no valor de **R\$ 3.288,09** (três mil, duzentos e oitenta e oito reais e nove centavos), nos termos do art. 308, inciso II, da Res. 04/02- TCE/AM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei



ACÓRDÃO Nº1192/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Considerar em Alcance ao Sr. Humberto Neves Garcia** no valor total de **R\$ 200.144,01** (duzentos mil, cento e quarenta e quatro reais e um centavo), relativos ao item 16 do Relatório/Voto, itens 10 e 11 da Notificação n. 01/2019-CI/DICAMI, fixando o **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Humaitá, nos termos do art. 304, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.6. Considerar em Alcance ao Sr. Humberto Neves Garcia** no valor total de **R\$ 139.909,42** (cento e trinta e nove mil, novecentos e nove reais e quarenta e dois centavos), relativos aos itens 19 e seguintes do Relatório/Voto, fixando o **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Humaitá, nos termos do art. 304, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.7. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária** a empresa **A.S. dos S. Mendonça Consultoria** no valor de **R\$ 73.909,42** (setenta e três mil, novecentos e nove reais e quarenta e dois centavos), e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Humaitá, nos termos do art. 304, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.8. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária** a empresa **L Reis Construtora** no valor de **R\$ 66.000,00** (sessenta e seis mil reais), e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Humaitá, nos termos do art. 304, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.9. Notificar o Sr. Humberto Neves Garcia**, bem como os representantes das empresas **A.S. dos S. Mendonça Consultoria** e **L. Reis**



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº1192/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Consultoria, para que tenham conhecimento da decisão.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Dezembro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral